

## Desvios em Turilândia: Desembargadora afirma que investigados são risco à ordem pública

# Comércio do Maranhão recua 2% em 2025; Piauí lidera crescimento no Brasil

## de terra em Bacabeira

O preço brasileiro fechou em alta de 2,3%, refletindo o crescimento das famílias. No Maranhão, o recuo foi de 2%, refletindo a queda no comércio. Em Bacabeira, a terra continua sendo negociada. O preço da terra em São Luís neste ano...



## Instituto BRK lança Projeto Fonte de Futuro na Zona Rural de São José de Ribamar

A iniciativa do Instituto BRK, já desenvolvida em outros municípios do país, passa a beneficiar alunos e funcionários de três escolas ribamarenses, localizadas fora da área de concessão da BRK e sem acesso à rede pública de abastecimento. No Maranhão, oito escolas já contam com o tratamento de água proporcionada pelo projeto

## cultura do Maranhão aumentou em 80%

Ao total, 593.317 pessoas passaram pelas casas de cultura do estado, o que representa um aumento de 80% em relação ao ano anterior.



## Campeonato Maranhense 2026: estádios sofrem com falta de manutenção

O Campeonato Maranhense 2026 expõe a precariedade das praças esportivas. O estádio Dário Santos, em Ribamar, reabre após 7 anos, mas com portões fechados e gramado danificado. O estádio de São João do Açu também apresenta problemas de manutenção.

CAA - CENTRAL DE ATENDIMENTO AO ASSINANTE 991445645

98 99144-5641

**camarote STAGE**  
#VocePrecisaViverIsso

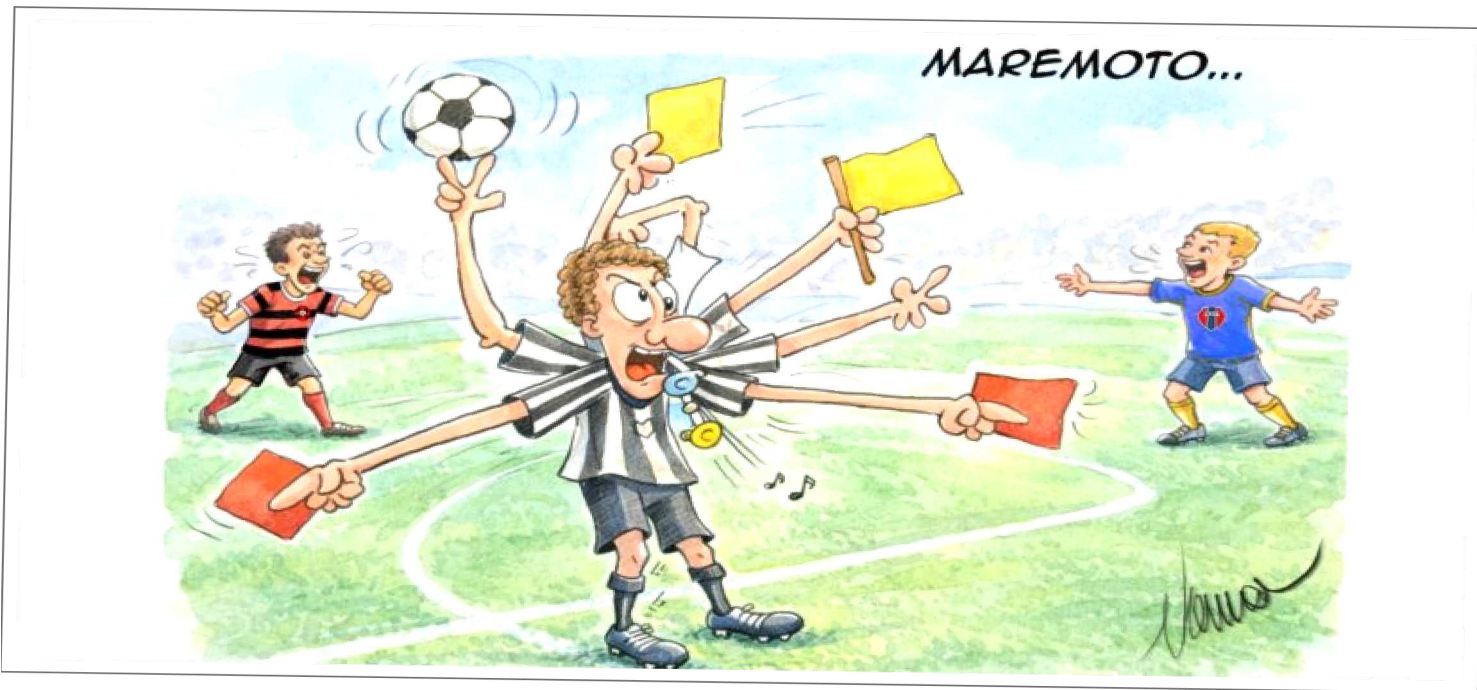
**DIA 18.JAN BELL & LÉO**

BELL MARQUES // LÉO FOGUETE

CAMAROTE OFICIAL DO CIRCUITO VEM PRO MAR

4 MÃOS STORE BEMTAXA BILHETERIA DIGITAL LOJA NOROESTE MAIOBÃO BEMTAXA

BALY AMSTEL PILÃO 7K NOROESTE CREDISHOP OBOTICÁRIO LEAPMOTOR Original



## ARTIGO

## INOVAR OU MORRER: O Ultimato de 2026

**ROBERTO SERRA E ROBERTO MATOS**  
Professor Associado da Universidade Estadual do Maranhão e Diretor da Agência Marandu/UEMA; Presidente do Conselho Regional de Economia do Maranhão e Secretário Adjunto de Planejamento e Orçamento do Maranhão.

O Prêmio Nobel de Economia de 2025 concedido a Philippe Aghion, Peter Howitt e Joel Mokyr não tratou de juros, inflação ou crises financeiras. O recado foi mais profundo e estrutural — e especialmente relevante para países como o Brasil, às vésperas de mais um ciclo eleitoral. O Nobel deste ano discutiu de onde vem o crescimento econômico sustentável: das ideias, do conhecimento e da capacidade de transformá-los, de forma contínua, em inovação produtiva.

Não por acaso, foram premiados economistas que estudam a inovação como um processo permanente, dependente de instituições, concorrência, aprendizado e difusão tecnológica. A mensagem é direta: crescimento duradouro não nasce do improvisado nem de soluções de ocasião, mas da capacidade de elevar a produtividade ao longo do tempo.

Em termos simples, inovação é o motor da economia. O Produto Interno Bruto, número que domina o noticiário, é apenas o painel que indica a velocidade. Um país pode crescer por algum tempo exportando commodities, realizando grandes obras ou aproveitando um ambiente internacional favorável.

Mas, sem um motor forte — formado por ciência, tecnologia, instituições estáveis e um ambiente favorável ao risco produtivo — essa velocidade não se sustenta. Crescer de forma consistente exige aumento contínuo de produtividade.

Essa discussão não é nova. Ela dialoga diretamente com as ideias do economista Joseph Schumpeter, que já no século passado explicava como as economias avançam por meio da chamada destruição criativa. O con-

ceito é simples: o novo substitui o velho. Foi assim quando o streaming tomou o lugar das locadoras, quando o celular substituiu o telefone fixo ou quando plataformas digitais reorganizaram serviços. Não se trata de modismo tecnológico, mas de um mecanismo econômico objetivo: setores mais produtivos deslocam os menos produtivos, elevando o nível médio da economia.

Nada disso ocorre por acaso. A inovação prospera em economias que constroem estruturas produtivas diversificadas, com encadeamentos industriais, capacidade tecnológica e aprendizado contínuo. Países que permanecem presos a atividades pouco complexas até crescem, mas crescem mal — com baixos salários, pouca difusão tecnológica e elevada vulnerabilidade externa.

O Brasil ilustra bem esse dilema. O agronegócio incorporou ciência, tecnologia e inovação de forma contínua, elevando produtividade e competitividade internacional. Já boa parte da indústria perdeu densidade tecnológica, capacidade de inovar e encadeamentos produtivos. Esse contraste ajuda a explicar nosso crescimento irregular e a dificuldade de sustentar avanços de longo prazo.

É nesse ponto que a contribuição de Joel Mokyr ajuda a entender nossos desafios. Ele distingue entre saber como as coisas funcionam e saber como colocá-las em prática. Produzir conhecimento é essencial, mas não basta. Economias bem-sucedidas constroem pontes institucionais que transformam ciência em produtos, processos, empresas e novos mercados.

Quando essa ponte não existe, o conhecimento fica restrito a livros, artigos e relatórios. Quando existe, ele se traduz em inovação, empregos, renda e desenvolvimento. Universidades, institutos de pesquisa e agências de inovação cumprem papel central nesse processo, ajudando a atravessar o chamado vale da morte — o espaço entre o laboratório e a produ-

ção. Esse vale não é apenas tecnológico; é econômico e institucional, resultado de incentivos mal desenhados e de um ambiente de negócios que frequentemente desestimula quem tenta inovar.

Os números ajudam a dimensionar essa agenda. No Brasil, setores intensivos em propriedade intelectual — como marcas, patentes e tecnologias — respondem por cerca de 50% do Produto Interno Bruto. Isso mostra que inovação não é luxo nem agenda setorial. Ela já está no núcleo da economia e define a capacidade de crescer no longo prazo.

Nesse contexto, causam preocupação os recentes cortes no orçamento das universidades federais. Não se trata de um debate corporativo, mas de uma questão econômica central. Reduzir investimentos em ensino superior e pesquisa é uma escolha intertemporal que afeta o crescimento potencial do país, limita a formação de capital humano avançado e reduz a capacidade de absorver e gerar tecnologia. Economias que abrem mão dessa base tendem a se especializar em atividades simples, com menor valor agregado.

O debate econômico brasileiro, historicamente, comete um erro recorrente: confundir crescimento conjuntural com transformação estrutural. Crescer por alguns anos não significa mudar o patamar de desenvolvimento.

O principal ensinamento deste Nobel é claro: inovação não pode ser tratada como política episódica, tampouco como promessa eleitoral. Ela exige continuidade, previsibilidade e coordenação entre Estado e mercado.

Em 2026, os palanques estarão repletos de propostas econômicas. A pergunta que o cidadão deve fazer é simples e decisiva: qual é a estratégia para elevar, de forma permanente, a produtividade do país? Sem uma agenda clara de inovação, o Brasil seguirá crescendo quando der sorte — e estagnando quando ela acabar.

## ARTIGO

## Brasil à deriva: entre promessas e retrocessos

**NILSON LEITÃO**  
ex-deputado federal

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva retornou ao poder em 2022, prometendo “União e Reconstrução”. Três anos depois, é impossível ignorar a distância entre o discurso e a realidade. O país não está mais unido — e muito menos reconstruído. Pelo contrário: acumula divisões, retrocessos e uma sensação crescente de abandono institucional.

É verdade que reformas importantes foram aprovadas, como a Tributária do Consumo e a da Renda. Mas esse mérito não apaga o fato de que o governo apresentou outras 25 medidas para aumentar impostos, sempre embaladas pelo discurso de “justiça tributária” ou pela necessidade de cumprir uma meta fiscal criada pelo próprio governo. Enquanto isso, gastos “fora da meta” se multiplicam, num modelo de irresponsabilidade fiscal.

O resultado é cristalino: a dívida pública deve saltar para 83,8% do PIB durante este ano — 10 pontos percentuais a mais em apenas quatro anos. A carga tributária também não para de subir. Entre 2023 e 2024, aumentou 2,3 pontos percentuais, alcançando 32,3% do PIB. E tende a crescer ainda mais com a desaceleração econômica que estava prevista para 2025. Um terço de tudo o que o país produz vira imposto — e o retorno para a população é cada vez mais pífio.

Alguém viu melhora na saúde, na educação ou na segurança pública? O que se vê é deterioração acelerada. Em 2024, o Brasil registrou sua pior posição na história do Índice de Percepção da Corrupção da Transparência Internacional: 107º lugar entre 180 países. E isso antes dos escândalos envolvendo descontos indevidos no INSS e dos episódios de conflitos de interesse envolvendo ministros da Suprema Corte. A percepção de corrupção melhorou em 2025? Difícil acreditar.

As estatais federais também refletem o descontrole. Até agosto, acumularam prejuízo de R\$ 8,9 bilhões — o dobro do ano anterior. E não por acaso: decisões judiciais recentes abriram espaço para nomeações políticas sem relação com o setor ou com a função, rasgando uma lei aprovada pelo Congresso. O resultado está aí, estampado nos balanços.

No cenário internacional, o Brasil despencou para a 60ª posição entre 64 países no Ranking Mundial de Competitividade (IMD). Na educação, o Brasil ficou entre os piores no ranking global de matemática, abaixo da meta mundial, à frente apenas do Marrocos. Já no Índice Global de Paz, outra decepção: posição 130 de 163 países, classificando o Brasil como país de baixa segurança geral, estando à frente apenas da Venezuela e da Colômbia na América Latina. As quedas acompanham a perda de popularidade do presidente e a escalada de medidas populistas destinadas a manter apoio político, sem qualquer preocupação com quem pagará a conta.

A insatisfação dos brasileiros não é um mistério. Ela é consequência direta da instabilidade econômica, do aumento de impostos, da insegurança crescente e do custo de vida sufocante. Tudo aquilo que o governo diz combater, mas que, na prática, alimenta com suas próprias escolhas.

Está evidente que a esquerda não enfrentará os desafios que o país exige. Cabe aos atuais e novos congressistas assumirem essa responsabilidade com coragem, seriedade e propostas concretas — para garantir a segurança da população, combater a corrupção, melhorar a qualidade da educação e da cultura e oferecer um melhor atendimento em saúde pública.

É preciso restabelecer os freios e contrapesos que sustentam uma democracia verdadeira e devolver ao Estado sua função essencial: servir ao cidadão. Se queremos tirar o Brasil da sombra e da escuridão, é indispensável que os eleitos governem com equilíbrio, responsabilidade e segurança jurídica. Como disse Abraham Lincoln, “pelo povo e para o povo”. O país não pode continuar à deriva.

## O IMPARCIAL

## EMPRESA PACOTILHA SA

Rua Assis Chateaubriand, 01 - Renascença II  
São Luís - Maranhão - CEP 65075-670

**Pedro Freire**  
Diretor-Presidente  
pedrofreire@oimparcial.com.br

**Raimundo Borges**  
Diretor de Redação  
borges@oimparcial.com.br

**Patrícia Freire**  
Gerente Financeira  
patriciafreire@oimparcial.com.br

**Celio Sergio**  
Superintendente de Produção  
celiosergio@oimparcial.com.br

## FALE CONOSCO - GRUPO O IMPARCIAL

**REDAÇÃO**  
(98) 99144-5641

**ASSINATURAS**  
(98) 99144-5645

**ASSINATURAS**  
(98) 99144-5646

**COMERCIAL**  
(98) 99116-1624

**REDES SOCIAIS**  
Whatsapp: (98) 99144-5641  
Twitter: @imparcialonline  
Instagram: @oimparcial  
www.oimparcial.com.br

São Luís, quarta-feira, 14 de janeiro de 2026

## DESVIOS EM TURILÂNDIA

# Investigados são um risco à ordem pública

Decisão da desembargadora Maria da Graça Amorim aponta provas dos crimes, indícios robustos de autoria e risco concreto de interferência nas investigações

SAMARTONY MARTINS

A decisão judicial que manteve as prisões preventivas no âmbito da Operação Tântalo II lança luz sobre um dos mais sensíveis dilemas do sistema de Justiça: o equilíbrio entre a preservação das garantias individuais e a necessidade de proteger a ordem pública e a própria integridade das investigações. Em casos que envolvem estruturas de poder local, cargos públicos e controle de recursos financeiros, o Judiciário tem reiteradamente destacado que a liberdade dos investigados, quando mal calibrada, pode representar não apenas um risco abstrato, mas um fator concreto de desestabilização institucional. É nesse contexto que se insere o entendimento da 3ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Maranhão sobre o esquema investigado no município de Turilândia.

No despacho, no qual a desembargadora Maria da Graça Amorim desta-

cou que há prova da materialidade dos crimes e indícios robustos de autoria, aliados a um risco concreto à ordem pública e à regularidade da instrução criminal, fundamentos que justificam a manutenção das prisões preventivas. Para a magistrada, o conjunto probatório revela que os investigados, mesmo cientes do avanço das apurações, teriam persistido na prática de irregularidades e discutido estratégias para “manipular e ludibriar” a investigação, comportamento que evidencia, segundo ela, a inadequação e insuficiência de medidas cautelares menos gravosas. Ao analisar o caso, a relatora da 3ª Câmara Criminal ressaltou que a atuação atribuída aos investigados demonstra não apenas a continuidade delitiva, mas também uma disposição concreta para interferir no trabalho das autoridades. Na avaliação da desembargadora, a eventual soltura poderia comprometer a colheita de provas, facilitar a destruição ou adulteração de documentos e permitir a coação direta ou indi-

reta de testemunhas, colocando em risco a efetividade do processo penal.

A decisão também reafirma o afastamento dos cargos públicos como medida indispensável. Para a magistrada, permitir o retorno dos investigados às funções administrativas criaria um ambiente favorável a novas interferências, sobretudo em uma estrutura municipal que, segundo a investigação, teria sido utilizada como base operacional do esquema criminoso. A proximidade com servidores, contratos e fluxos financeiros, conforme destacou, ampliaria significativamente o risco de obstrução da Justiça.

Proferida em 12 de janeiro, a decisão da desembargadora Maria da Graça Peres Soares Amorim mantém as prisões preventivas e as principais medidas cautelares impostas aos investigados. Para a desembargadora, diante do cenário descrito nos autos, a prisão preventiva segue sendo a medida mais adequada para assegurar a regularidade do processo e a efetividade da persecução penal.

## STJ nega habeas corpus a prefeito interino



NO PEDIDO ENCAMINHADO AO STJ, A DEFESA REQUEREU A REVOGAÇÃO DA PRISÃO DOMICILIAR DE JOSÉ LUÍS ARAÚJO DINIZ

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu não acolher o pedido de habeas corpus apresentado pela defesa de José Luís Araújo Diniz, prefeito interino de Turilândia. A solicitação buscava a revogação da prisão domiciliar imposta ao gestor, com o objetivo de permitir o exercício presencial das atribuições do cargo no Executivo municipal.

José Luís é um dos alvos da Operação Tântalo II, que apura supostas irregularidades no município. Inicialmente, a Justiça havia determinado a sua prisão preventiva, posteriormente substituída por prisão domiciliar, condicionada ao uso de tornozeleira eletrônica e à proibição de manter contato com outros investigados e testemunhas. À época, ele não havia sido afastado do mandato de vereador.

Com o afastamento do prefeito

Paulo Curió e da vice-prefeita Tânya Mendes, José Luís assumiu interinamente a Prefeitura de Turilândia no dia 26 de dezembro de 2025, conforme determina a legislação. A defesa argumentou que a prisão domiciliar inviabiliza a gestão administrativa, uma vez que o cargo exige presença física na sede da Prefeitura, acompanhamento de obras, despachos com secretários e deslocamentos oficiais. Segundo os advogados, a manutenção da medida cautelar comprometeria o funcionamento da administração municipal.

No pedido encaminhado ao STJ, a defesa requereu a revogação da prisão domiciliar ou, alternativamente, autorização para que o prefeito interino pudesse exercer suas atividades na Prefeitura e em secretarias municipais, além de realizar viagens administrativas a São Luís e Brasília. As so-

licitações incluíam a manutenção do monitoramento eletrônico e, se necessário, o cumprimento de recolhimento noturno.

Ao analisar o caso, o ministro Sebastião Reis Júnior, relator do habeas corpus, destacou que o mérito do pedido ainda não pode ser apreciado pelo STJ, uma vez que o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA) não concluiu a análise definitiva da matéria. O processo retornou à desembargadora Maria da Graça Peres Soares Amorim, relatora no TJ-MA, que já encaminhou os autos ao Ministério Público, ainda dentro do prazo para manifestação.

Diante desse cenário, o STJ indeferiu liminarmente o habeas corpus. Com isso, a prisão domiciliar de José Luís Araújo Diniz permanece em vigor até nova deliberação do Tribunal de Justiça do Maranhão.

## BASTIDORES

Raimundo Borges  
bastidores@oimparcial.com.br

## Trump pode interferir nas eleições do Brasil?

Desde quando os gregos passaram usar o espaço de Ágora, praça pública de Atenas para debater seus problemas e fazer nascer o exercício da Democracia, raramente na história a humanidade viu esse sentimento político tão ameaçado quanto em 2026. Em agosto de 2024, em palestra pelos 20 anos da Fundação FHC, o cientista político de Harvard e escritor renomado Steven Levitsky disse que se o republicano Donald Trump voltasse eleito à Casa Branca, a democracia estaria sob pesada ameaça. Ele usaria as instituições do Estado americano para perseguir rivais, amordaçar críticos, violar liberdades civis e encorajar a violência política, entre outras medidas autoritárias.

Hoje nem vale especular sobre o que está ocorrendo com a política externa do país mais poderoso do mundo. Por muito tempo, os Estados Unidos se consideraram uma democracia exemplar: um país em que outras nações podiam se espelhar para construir seus sistemas políticos após conquistar a independência ou ter se libertado de regimes autoritários. No entanto, sob Trump na Casa Branca, o mundo está em pânico com a América ameaçando o planeta com tarifaço, derrubando presidente à força, prometendo transformar Gaza em resort estilo “Riviera do Oriente Médio”, tomar a Groenlândia “de qualquer jeito”, anexar o México, Canadá, detonar o Irã, controlar a Venezuela e seu petróleo.

Depois de ordenar a invasão do país vizinho do Brasil, com bombardeios que mataram 77 pessoas (segundo dados de ongs e da imprensa), Trump já mostrou que não vai deixar barato qualquer eleição nos países da América Latina. Com seu apoio econômico de US\$ 20 bilhões, os EUA conseguiram garantir a maioria ao partido do presidente Javier Milei na eleição legislativa. No Brasil, Trump puniu o ministro Alexandre de Moraes e outros ministros do STF, com a lei Magnitsky, por conta dos processos contra Jair Bolsonaro. Em outubro, o país realiza a primeira eleição geral após a tentativa de golpe de Estado, orquestrada por Bolsonaro para impedir a posse do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Na primeira pesquisa eleitoral de 2026 sob a legislação eleitoral, divulgada nesta terça-feira, 13/01, pelo Instituto Ideia, Lula da Silva lidera todos os cenários testados para o primeiro e o segundo turnos, contra os governadores Tarcísio de Freitas, Ratinho Júnior, Ronaldo Caiado e Romeu Zema; o senador Flávio Bolsonaro e a enteada Michelle Bolsonaro. Logicamente, que Trump vai sim interferir na eleição do Brasil, maior país da América Latina, presidida pelo petista que se destaca no mundo, também, por tomar posições contrárias às políticas externas do colega norte-americano, a partir dos tarifaços.

Logicamente que a tentativa de golpe com a culminância no 08 de janeiro de 2023 não caiu no esquecimento, apesar do fracasso. O Congresso está dominado pelo Centrão, grupo que virou incubadora de golpistas, sob o controle ideológico da extrema-direita bolsonarista. Mesmo com a prisão de dezenas deles, inclusive Jair Bolsonaro, Lula permanece acuado pela pressão do Congresso, que estende suas ações ameaçadoras rumo aos ministros da Supremo Corte. Logo, nada impede que o golpe fracassado seja remodelado e adaptado à nova ordem mundial, emanada do ‘imperador’ norte-americano do século 21.

Com a experiência política de três mandatos presidenciais, sua visão atualizada do mundo dominado por tecnologias digitais e a nova ordem multipolar com os centros de poder nos EUA, China, União Europeia, Rússia, Índia e Brasil, as eleições prometem ser tão importantes quanto as de 1989, primeira depois do golpe militar de 1964. A “química” com Lula, que fez Trump respeitar o Brasil, não significa que haja a liga nas eleições. Por isso, o petista está com todo o seu time em campo, buscando alianças que resultem na ampliação da base governista do Congresso. Portanto, até 4ª feira de Cinzas muita bola vai rolar na política do Brasil e do Maranhão, partir das demissões nos ministérios e nas secretarias.

## ELEIÇÕES 2026

# Silvio Costa anuncia saída do Ministério

Decisão é resultado de um processo de amadurecimento político e da avaliação positiva do seu nome nas pesquisas de intenção de voto. Saída está prevista para abril

FERNANDA STRIKLAND  
CORREIO BRAZILIENSE

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, anunciou nesta terça-feira (13/1) que deixará o comando da pasta em abril para se dedicar integralmente ao projeto eleitoral de 2026. Pré-candidato ao Senado por Pernambuco, ele afirmou que a desincompatibilização obedecerá ao calendário legal e permitirá maior foco na construção da candidatura.

Segundo Costa Filho, a decisão é resultado de um processo de amadurecimento político e da avaliação positiva do seu nome nas pesquisas de intenção de voto. “Estou trabalhando muito para cada vez mais consolidar a nossa candidatura ao Senado. Me sinto pronto e preparado para representar Pernambuco no Senado Federal”, afirmou.

Com trajetória que inclui mandatos como vereador do Recife, deputado estadual, secretário de Estado e de-

putado federal, além da atual função ministerial, o ministro disse conhecer de perto os desafios econômicos e sociais de Pernambuco. “Tenho certeza que vamos fazer uma bela campanha, apresentando propostas que dialogam com o futuro de Pernambuco”, declarou.

Apesar do otimismo, Costa Filho ponderou que disputas majoritárias dependem de múltiplos fatores. Ainda assim, destacou a proximidade com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o incentivo recebido para a candidatura. “Tenho conversado com o presidente Lula, que cada vez mais tem me estimulado a disputar o Senado porque ele sabe que sempre procurei fazer política com decência, lealdade e correção”, disse. “Vamos juntos, ao lado do presidente Lula, continuar trabalhando muito nos próximos anos pelo futuro do nosso Estado.”

O ministro também ressaltou os resultados alcançados à frente da pasta, especialmente o crescimento do setor

portuário e da aviação civil no país. Para ele, o desempenho da gestão reforça a disposição de seguir contribuindo com o governo. “Estou pronto e preparado para continuar ao lado do presidente Lula ajudando Pernambuco e o Brasil”, afirmou. A saída do ministro está prevista para abril.



## PALÁCIO DO PLANALTO

## Autorizado pagamento de direitos suspensos na pandemia

PAULA LABOISSIÈRE  
AGÊNCIA BRASIL

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a Lei Complementar 226/26, que autoriza o pagamento retroativo para servidores da União, de estados, do Distrito Federal e de municípios, de direitos remuneratórios – como anuênios, triênios, quinquênios, sexta-parce e licença-prêmio – que haviam sido congelados em razão da pandemia da covid-19.



A lei foi publicada nesta terça-feira (13) no Diário Oficial da União e estabelece que os pagamentos estão relacionados ao período entre 28 de maio de 2020 e 31 de dezembro de 2021. De acordo com a norma, os benefícios serão pagos desde que o ente federativo tenha decretado estado de calamidade pública à época da pandemia e conte com orçamento disponível.

Em nota, o Palácio do Planalto reforçou que deve ser respeitada a disponibilidade orçamentária da União, de estados, do Distrito Federal e de municípios e destacou que a norma

tem caráter autorizativo, ou seja, permite que cada ente federativo decida, de forma autônoma e por meio de lei própria, sobre o pagamento retroativo das vantagens pessoais em questão.

“Durante o período do regime emergencial, a legislação impediu a concessão dessas vantagens e a contagem do tempo necessário para adquiri-las, como forma de controlar os gastos públicos. Com o fim do estado de emergência sanitária, a proposta busca corrigir os impactos dessas restrições e devolver aos entes federativos a autonomia para decidir sobre o tema”, explica o comunicado.

Ainda de acordo com o Palácio do Planalto, do ponto de vista fiscal, a lei não gera despesas automáticas nem obriga pagamentos imediatos. “Qualquer recomposição fica condicionada à disponibilidade de recursos no orçamento, à estimativa de impacto financeiro e à autorização na Lei de Diretrizes Orçamentárias”.

“A norma também impede a transferência de custos para outro ente, como a União, preservando a responsabilidade fiscal e os recursos públicos”,

diz o Planalto.

### Entenda

A norma teve origem no Projeto de Lei Complementar 143/2020, de autoria da senadora Professora Dorinha Seabra (União-TO), aprovado no Senado no final de dezembro de 2025 com relatório favorável do senador Flávio Arns (PSB-PR).

Durante a votação da matéria no plenário, Arns lembrou que a medida não traz qualquer criação de despesa a mais, uma vez que o valor já estaria previsto no Orçamento. Para o senador, a Lei Complementar 173 de 2020 impôs restrições severas à contagem de tempo para vantagens funcionais com o objetivo de conter gastos públicos em um momento de crise.

Tais restrições, na avaliação do parlamentar, embora justificadas no contexto emergencial da covid-19, acabaram produzindo prejuízos duradouros aos servidores, que continuaram exercendo suas funções, muitas vezes em condições difíceis, sem que pudessem usufruir de direitos que normalmente decorreriam do tempo de serviço.

Para Arns, a nova lei “restabelece esse equilíbrio, reconhecendo o esforço e o trabalho prestado, sem romper com a lógica de responsabilidade fiscal”. O senador alterou o texto original do projeto para substituir a expressão “a servidores públicos” para “ao quadro de pessoal”, ou seja, a mudança valerá para servidores públicos efetivos e para empregados públicos contratados por meio da CLT.

## ECONOMIA

## Haddad diz que caso Master pode ser a maior fraude bancária do país

WELLTON MÁXIMO  
AGÊNCIA BRASIL

O caso envolvendo o Banco Master pode se configurar como a maior fraude bancária da história do país, disse nesta terça-feira (13) o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Segundo ele, o governo acompanha de perto a atuação do Banco Central (BC) e mantém diálogo permanente com a autoridade monetária desde a decretação da liquidação da instituição financeira.

“O caso [Master] inspira muito cuidado, podemos estar diante da maior fraude bancária da história do país, podemos estar diante disso. Então temos que tomar todas as cautelas devidas, com as formalidades, garantindo todo o espaço para a defesa se explicar, mas, ao mesmo tempo, sendo bastante firmes em relação àquilo que tem que ser defendido, que é o interesse público”, disse o ministro ao chegar ao Ministério da Fazenda.

Haddad informou que tem conversado diariamente com o presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, e fez questão de manifestar apoio público ao trabalho conduzido pelo BC no caso.

“Estou absolutamente seguro com o trabalho que o Galípolo e a equipe fizeram”, afirmou Haddad, durante conversa com jornalistas na portaria do Ministério da Fazenda, em Brasília.

“Eu já disse isso, é um trabalho muito robusto”, reforçou.

Haddad ressaltou que a condução do processo exige rigor técnico e transparência, diante da gravidade das suspeitas e do potencial impacto sobre o sistema financeiro nacional.

>>Entidades financeiras defendem atuação do Banco Central no caso Master

### Articulação com o TCU

O ministro também revelou que tratou do assunto com o presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Vital do Rêgo. Segundo ele, houve avanços na interlocução entre os órgãos de controle e o Banco Central.

De acordo com Haddad, a reunião realizada na segunda-feira (12) entre Galípolo, Vital do Rêgo e o relator da apuração no TCU, Jhonatan de Jesus, indicou uma convergência de entendimento sobre os procedimentos adotados pelo BC na liquidação do Banco Master.

“Aparentemente, houve uma boa convergência em relação à leitura dos fatos e à importância da apuração”, disse Haddad.

### Impacto sobre FGC

Ao comentar os desdobramentos do caso, o ministro destacou a relevância do Fundo Garantidor de Créditos (FGC), responsável por proteger depositantes em situações de quebra bancária. O ministro lembrou que o fundo é abastecido não apenas por bancos privados, mas também por instituições públicas.

“O FGC é composto por recursos de todo o sistema, inclusive de bancos públicos, como Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal”, afirmou.

Após a liquidação do Banco Master, o FGC deverá honrar depósitos elegíveis de até R\$ 250 mil por pessoa física, conforme as regras vigentes. O titular da Fazenda ressaltou que o episódio reforça a importância de mecanismos de proteção ao sistema financeiro e aos correntistas.

Para Haddad, a investigação completa do caso será fundamental para esclarecer responsabilidades e evitar que episódios semelhantes voltem a ocorrer.



DEZEMBRO

# Vendas do comércio brasileiro recuam 0,9%

Em dezembro, as vendas do comércio recuaram 0,9%, na comparação mensal. No comparativo anual, o setor registrou retração de 1,5%

As vendas do comércio brasileiro recuaram 0,9% em dezembro, de acordo com o Índice do Varejo Stone (IVS). Na comparação anual, o volume de vendas apresentou retração de 1,5%. Com esse resultado, o varejo encerrou 2025 com queda acumulada de 0,5%, em relação a 2024.

O estudo que acompanha mensalmente a movimentação do varejo no país, é uma iniciativa da Stone, principal parceira do empreendedor brasileiro.

Para Guilherme Freitas, economista e pesquisador da Stone, os números refletem o esgotamento gradual dos vetores que sustentaram o consumo ao longo do ano.

“Os dados mostram que 2025 foi marcado por uma desaceleração progressiva do varejo, com perda de tração mais evidente no fim do ano. Embora o mercado de trabalho tenha permanecido robusto e ajudado a sustentar o consumo em diversos momentos, esse impulso encontrou limi-

tes em um ambiente financeiro mais restritivo. Juros elevados, crédito mais caro e um nível ainda alto de endividamento das famílias, reduziram o espaço para novas decisões de compra, especialmente de bens de maior valor, o que ajuda a explicar o fechamento negativo do ano”, avalia.

## Desempenho do último trimestre

No quarto trimestre de 2025, o volume de vendas do varejo caiu 1,7% em relação ao mesmo período de 2024 e recuou 0,9% frente ao terceiro trimestre do ano.

Segundo Freitas, o desempenho trimestral evidencia os limites do impulso vindo do mercado de trabalho. “Mesmo em um contexto de desemprego historicamente baixo, o elevado comprometimento da renda das famílias com o serviço da dívida e a piora das condições de crédito passaram a pesar mais sobre o orçamento no último trimestre. Esse cenário limitou o consumo e resultou em um desempe-

lho mais fraco do varejo no encerramento de 2025”, finaliza.



## Os segmentos

No recorte mensal, apenas três dos oito segmentos analisados registraram alta em dezembro. O destaque foi Material de Construção, com crescimento de 1,7%, seguido por Artigos Farmacêuticos (0,6%) e Combustíveis e Lubrificantes (0,3%). Entre os setores com retração, tiveram queda Livros, Jornais, Revistas e Papelaria (5,5%), Tecidos, Vestuário e Calçados (3,4%), Hipermercados, Supermercados, Produtos Alimentícios, Bebidas e Fumo (3,2%), Outros Artigos de Uso Pessoal e Doméstico (0,5%) e Móveis e Eletrodomésticos (0,1%).

No comparativo anual, quatro segmentos apresentaram alta. O setor de Móveis e Eletrodomésticos avançou 2,4%, seguido por Artigos Farmacêuticos (1,5%), Material de Construção (0,9%) e Outros Artigos de Uso Pessoal e Doméstico (0,3%). Entre os setores com retração, estão: Combustíveis e Lubrificantes (5,7%), Hipermercados, Supermercados, Produtos Alimentícios, Bebidas e Fumo (4,6%), Livros, Jornais, Revistas e Papelaria (4,3%) e Tecidos, Vestuário e Calçados (0,4%).

No quarto trimestre de 2025, houve avanço em Móveis e Eletrodomésticos (1,1%), Artigos Farmacêuticos (0,4%), Material de Construção (0,5%) e Outros Artigos de Uso Pessoal e Doméstico (0,3%), na comparação com o terceiro trimestre.

Em contrapartida, registraram retração Combustíveis e Lubrificantes (2,6%), Hipermercados, Supermercados, Produtos Alimentícios, Bebidas e Fumo (2%), Livros, Jornais, Revistas e Papelaria (1,2%) e Tecidos, Vestuário e Calçados (0,4%).

No acumulado de 2025, os setores que apresentaram crescimento foram: Combustíveis e Lubrificantes

(1%) e Tecidos, Vestuário e Calçados (0,9%). Os demais setores registraram queda: Móveis e Eletrodomésticos (2,2%), Hipermercados, Supermercados, Produtos Alimentícios, Bebidas e Fumo (0,8%), Livros, Jornais, Revistas e Papelaria (0,6%), Outros Artigos de Uso Pessoal e Doméstico e Material de Construção (0,2%) e Artigos Farmacêuticos (0,1%).

## Destaques regionais

No recorte regional, apenas três estados apresentaram crescimento na comparação anual. O maior avanço foi registrado no Piauí (2,3%), seguido por Alagoas (1,2%) e Rondônia (1,1%). Entre os estados com retração nas vendas, os piores resultados foram observados no Mato Grosso do Sul (5,9%), Amazonas (5%), Ceará (4,4%), Tocantins (4,3%), Espírito Santo e Rio Grande do Sul (4,2%), Acre (3,6%), Rio Grande do Norte (3,4%), Mato Grosso (3,2%), Pernambuco (3,1%), Rio de Janeiro (3%), Santa Catarina (2,8%), Amapá (2,6%), Roraima e Minas Gerais (2,5%), Bahia (2,2%), Maranhão (2%), São Paulo (1,8%), Pará (1,3%), Paraíba, Paraná e Distrito Federal (1,2%), além de Sergipe e Goiás (1%).

Para Guilherme Freitas, os resultados refletem a combinação entre renda pressionada e crédito mais restritivo. “Os poucos destaques positivos se concentraram de forma pontual no Nordeste, com avanço no Piauí e em Alagoas, além de um resultado isolado no Norte. No caso do Nordeste, o desempenho mais favorável reflete uma resiliência maior do consumo essencial, menos dependente de crédito e mais apoiada em fontes recorrentes de renda. Ainda assim, trata-se de um movi-

mento restrito, que não se espalha pela região como um todo. Em contrapartida, a maior parte dos estados do país registrou retração nas vendas, com quedas mais intensas no Centro-Oeste e resultados negativos no Sudeste e no Sul, refletindo um ambiente de condições financeiras mais restritivas para as famílias”, explica o economista da Stone.

## Sobre o IVS

O Índice do Varejo Stone acompanha mensalmente a movimentação do varejo no país com o objetivo de mapear os dados de pequenos, médios e grandes varejistas e divulgar um retrato do setor nacional, que pode orientar estratégias empresariais e decisões de investimento, fornecendo insights valiosos sobre o ambiente econômico. O estudo tem como base a metodologia proposta pelo time de Consumer Finance do Federal Reserve Board (FED), que idealizou um modelo de indicador econômico similar nos Estados Unidos. São consideradas as operações via cartões, voucher e Pix dentro do grupo StoneCo.

## Sobre a Stone

Empresa de tecnologia financeira que possui uma plataforma de soluções completas, cujo propósito é melhorar a vida do empreendedor brasileiro, ajudando-o a vender mais, gerir melhor o seu negócio e crescer sempre.

Por meio de tecnologia e inovação, contribui para o fortalecimento e a evolução do mercado. Com clientes espalhados por todo o Brasil, desenvolve um relacionamento próximo e personalizado com cada um dos lojistas que atende.

**MEGALHOES** Fernando José Cerello Gonçalves Pereira, Licitador Oficial inscrito no IJUCESP sob nº 844, faz saber através do presente Edital, que devidamente autorizado pelo BANCO BRADESCO S.A., inscrito no CNPJ sob nº 60.746.948/0001-17, promove a venda em leilão (1º ou 2º) do imóvel abaixo descrito, nas datas, horas e local indicados, na forma da Lei 9.514/97. **Localização do imóvel:** São Novo-MA, Bairro Zona Rural, Gleba de Terras com área de 45.206,76ha, no lugar denominado Fazenda Para Sempre, da data "Para Sempre", Av. Rural, CAR: MA-2111805-82158813889F48E18719389F58812828. **Benefícios estimados no local:** curral 345,00m², casa 180,00m², Mat: 2,776 do RI local. Obs: (i) Competirá exclusivamente ao arrematante, providenciar as suas despesas, todas e quaisquer regularizações físicas e documentais do imóvel, perante os órgãos competentes; (ii) cancelamento e demarcação física do imóvel; (iii) Verificar a existência de reserva legal, adotando as medidas judiciais ou extrajudiciais que venham a ser necessárias, incluindo ajustes em geral com os confrontantes e regularização dos registros; se for o caso; (iv) Realizar eventuais edificações verificadas no local e não averbadas no RI e/ou providenciar a averbação de eventual demarcação; (v) Cadastro Ambiental (CAR) e Certificado de cadastro de imóvel rural (CCIR); (vi) A referida venda trata-se apenas da propriedade rural. Caso existam bens móveis (animais) no imóvel, estes não farão parte da venda; (vii) Ocupada (AR); **1º Leilão:** 28/01/2026, às 15:00. Lance mínimo: R\$ 950.000,00. **2º Leilão:** 30/01/2026, às 15:00. Lance mínimo: R\$ 5.000,00. **Condição de pagamento:** à vista, mais comissão de 5% ao leiloeiro. Os leilões serão realizados exclusivamente pela internet, através da plataforma [www.megalhoes.com.br](http://www.megalhoes.com.br). Da participação on-line: O interessado deverá efetuar o cadastramento prévio perante o leiloeiro, com até 1 hora de antecedência ao evento. O licitante será comunicado das datas, horários e local de realização dos leilões, para no caso de interesse, exercer o direito de preferência na aquisição do imóvel, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, na forma estabelecida no parágrafo 2º do artigo 27 da Lei 9.514/97, incluído pela Lei 13.465 de 11/07/2017. Os interessados devem consultar as condições de pagamento e venda dos imóveis disponíveis nos sites: [www.braDESCO.com.br](http://www.braDESCO.com.br) e [www.megalhoes.com.br](http://www.megalhoes.com.br). Para mais informações - tel: (11) 3149-4600, **Fernando José Cerello Gonçalves Pereira** - Licitador Oficial IJUCESP nº 844. [www.megalhoes.com.br](http://www.megalhoes.com.br)

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

**AVISO DE LICITAÇÃO**  
Pregão Eletrônico SRP nº 90.002/2026  
Processo nº 31.021/2025

Objeto: Registro de preços para contratação de empresas especializadas no fornecimento de equipamentos permanentes destinados ao Centro de Treinamento e acessórios correlatos para o Fórum Henrique de La Roque e Fórum Desembargador Sarney Costa. Abertura: 29/01/2026 às 10:00h (horário de Brasília). Local: <https://www.gov.br/compras/pt-br/>. Informações: Coordenadora de Licitação, Rua do Egito, nº 144, Centro, São Luís/MA. CEP: 65.010-190; E-mail: [colicitacao@tjma.jus.br](mailto:colicitacao@tjma.jus.br). Fone: (98) 2055-2419 / 2431. São Luís/MA, 12 de janeiro de 2026. Allyson Frank Gouveia Costa – Agente de Contratação TJMA (Uasg 925125).

**GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE E CONTROLE INTERNO**

Processo administrativo nº 2025.560101.36877  
Interessado: AGILECORP SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA.  
Assunto: CONTRATAÇÃO PÚBLICA. IRREGULARIDADE NA EXECUÇÃO CONTRATUAL. APLICAÇÃO DE SANÇÃO ADMINISTRATIVA  
Contrato nº 12/2021 - SEAP/MA  
DECISÃO ADMINISTRATIVA DE 2º GRAU

**1. - PRELIMINAR**  
**1.2 - DA ADMISSIBILIDADE DO RECURSO**  
**2. RELATÓRIO**  
O presente expediente trata-se de Procedimento Administrativo de Apuração de Responsabilidade em **desfavor** da empresa **AGILE CORP ESPECIALIZADOS LTDA, CNPJ: 00.801.512/0001-57**, com o fito de averiguar a conduta da contratada, tendo em vista as falhas na execução do Contrato nº 12/2021 - SEAP/MA, cujo objeto trata da prestação de serviços voltados ao preparo, transporte e fornecimento de alimentação (desjejum, almoço, lanche e jantar), com disponibilização de todos os insumos, acompanhamento técnico e supervisão necessária, sendo os alimentos providos em self-service e/ou quentinas.  
**3. DAS TESES RECURSAIS**  
**3.1 - DO DESCUMPRIMENTO CONTRATUAL**  
**3.2 - DA APLICAÇÃO DA PENALIDADE DE MULTA**  
**4. CONCLUSÃO**  
Ante o exposto, **CONHEÇO** o presente **Recurso**, com base no art. 109, inc. III da Lei nº 8.666/93 c/c com os artigos 13 e 14 da Instrução Normativa nº 03/2018 e, **NO MÉRITO, NEGAR-LHE PROVIMENTO**, mantendo integralmente a **Decisão Administrativa de 1º grau**, nos seguintes termos: Aplicação da pena de multa contratual, no valor de **R\$ 6.402,48 (seis mil, quatrocentos e dois reais e quarenta e oito centavos)**, tal como estabelecido na Cláusula Vigésima do Contrato n. 012/2021-SEAP e Art. 87, II da Lei Federal n. 8.666/93, pelos fundamentos aqui apresentados.  
**Notifique-se. Publique-se. Cumpra-se nos termos da lei.**  
São Luís/MA data da assinatura eletrônica. (18/12/2025)  
**MURILO ANDRADE OLIVEIRA**  
Secretário de Estado de Administração Penitenciária

**GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR - CPAD/SEDUC**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº 6031/2021**  
**CITACÃO DE ACUSADO POR EDITAL**  
**CITACÃO COM PRAZO DE 15 DIAS**

A Presidente da Comissão designada no **Processo Administrativo Disciplinar nº 6031/2021**, instituída por meio da Portaria CPAD nº 704, de 03 de novembro de 2025, do Chefe da Assessoria Jurídica da Secretaria de Estado da Educação, publicada no Diário Oficial nº 205 de 05 de novembro de 2025, faz saber a arguida **MARIA NEILA MATEUS PEREIRA, professor III/MAG IV, ID nº 292651-00**, que estão correndo em seus termos legais, os autos do **Processo Administrativo Disciplinar de nº 6031/2021**, em que o mesmo figura como servidora arguida, incurso no art. 228, II, da Lei nº. 6107/94, configurando, assim, indícios de possível cometimento de infração administrativa de **Abandono de Cargo**.  
E, constando dos Autos que se encontra em lugar incerto e não sabido, fica, pelo presente Edital, citado para, **no prazo de 15 (quinze) dias a contar da data de publicação** deste edital, às 10h00min, comparecer, sob pena de revelia, perante esta Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, com sede na Sala da CPAD/ASJUR/SEDUC, localizada na Rua das Figueiras, S/N - Bairro: Jardim São Francisco, CEP: 65.076-150, nesta cidade, a fim de apresentar em banca suas testemunhas e, posteriormente, ser interrogado sobre o fato que lhe é imputado.  
Para ciência da servidora arguida, conforme preceito do artigo 246, inciso IV e 256, inciso II, do Código de Processo Civil, é expedido o presente Edital, a ser publicado em Jornal de Grande Circulação.  
São Luís, 12 de janeiro de 2026.  
Adriana Alves Ferreira  
Presidente

**CONDOMÍNIO NEW VILLE RESIDENCE, CNPJ: 15.621.781/0001-09**, torna público, que RECEBEU da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais, em 01 de julho de 2025, Autorização para Perfuração de Poço Tubular, Autorização Nº 0026307/2025, sob as coordenadas: Latitude: 5º 29' 28.94" e Longitude: 47º 26' 3.73", com validade até 01 de julho 2030, situado na Avenida Av. Pedro Neiva De Santana, 4405, Lagoinha, CEP: 65914-730, Imperatriz - MA, para fins de Consumo humano, conforme dados constantes no processo nº 24120019575/2024.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAJATUBA**  
Rua Benedito Leite, 868, Centro, CEP: 65.490.000, Anajatuba - MA  
CNPJ: 06.002.372/0001-33

**AVISO DE LICITAÇÃO PÚBLICA**  
**PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 001/2026**

O Município de Anajatuba/MA, através da Prefeitura Municipal de Anajatuba - MA, localizada na Rua Benedito Leite, 868, Centro, Anajatuba - MA, por meio da Secretaria Municipal de Educação torna público que promoverá Licitação na modalidade Pregão Eletrônico, tendo por objetivo a Seleção da(s) proposta(s) mais vantajosa(s) visando o registro de preços para futura e eventual contratação de pessoa(s) jurídica(s) para aquisição de caminhão tipo frigorífico, destinado a atender às necessidades operacionais da Secretaria Municipal de Educação do Município de Anajatuba/MA, conforme disposições previstas no Edital e seus Anexos, regido pela Lei Federal nº 14.133/21, e demais legislação correlata, conforme art. 187 da Lei nº 14.133/21. Data de abertura: 29/01/2026 às 9h (Horário de Brasília). O Edital poderá ser examinado ou retirado no site [www.licitaanajatuba.com.br](http://www.licitaanajatuba.com.br), assim como pelo portal da prefeitura, no endereço eletrônico: [www.anajatuba.ma.gov.br](http://www.anajatuba.ma.gov.br). Maiores informações poderão ser obtidas de 2ª a 6ª feira-feira, no horário das 08h00min às 12h00min na Prefeitura Municipal e através do e-mail: [cp@anajatuba.ma.gov.br](mailto:cp@anajatuba.ma.gov.br). Anajatuba/MA, 13 de janeiro de 2026. **AURISCILEY GUIA SAMPAIO**. Secretária Municipal de Educação. Decreto nº 476/2025.

**PREFEITURA DE CIDELÂNDIA**  
Cidade do Sol do Maranhão

**AVISO DE LICITAÇÃO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026** A Prefeitura Municipal de Cidelândia (MA) torna público para conhecimento dos interessados, a realização de procedimento de licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, que tem como objeto: Registro de Preço para eventual e futura aquisição de material de higiene e limpeza para atender a Administração Municipal, conforme especificações constantes no Edital e seus anexos. **ABERTURA DA SESSÃO:** 09h00min (nove horas) do dia 30 de janeiro de 2026. **ENDEREÇO ELETRÔNICO:** [www.licitacidelandia.com.br](http://www.licitacidelandia.com.br). O Edital e seus anexos estão à disposição dos interessados no site [www.licitacidelandia.com.br](http://www.licitacidelandia.com.br), [www.gov.br/pnecp](http://www.gov.br/pnecp) ou [www.cidelandia.ma.gov.br](http://www.cidelandia.ma.gov.br). E sede da Prefeitura Municipal de Cidelândia (MA) localizada na Av. Senador La Roque, s/n, centro, Cidelândia/MA, CEP: 65921-000 onde poderão ser consultados gratuitamente ou obtidos mediante o pagamento no valor de R\$ 20,00 (vinte reais) através de Documento de Arrecadação Municipal - DAM, em dias úteis, no horário das 08h às 12h. Cidelândia - Maranhão 13 de janeiro de 2025. **Chrosthof Vargas Sampaio** - Secretário Municipal de Administração e Finanças.

São Luís, quarta-feira, 14 de janeiro de 2026

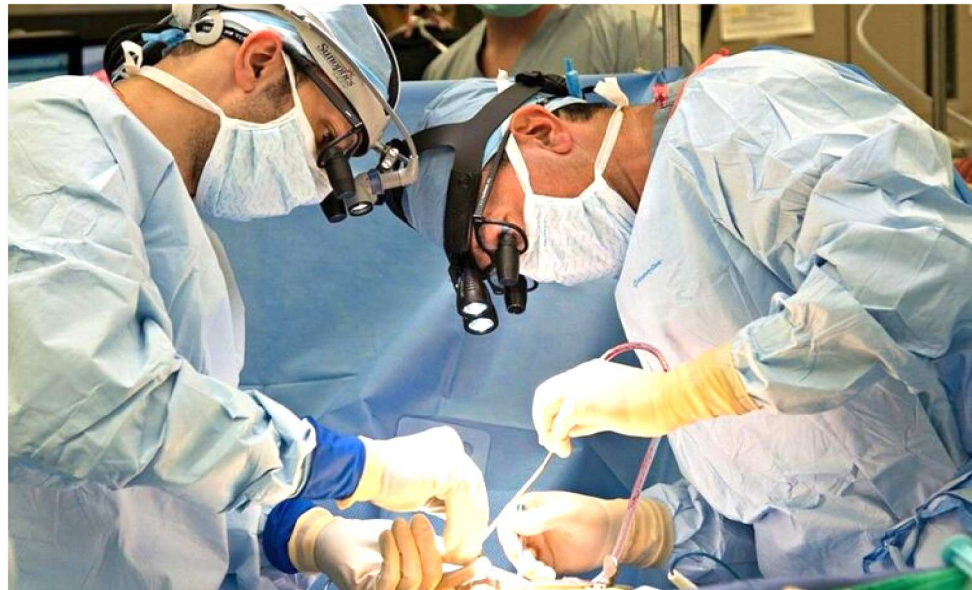
## SAÚDE NO MARANHÃO

## Estado tem 2.765 novos processos judiciais

Em 2025, até 30 de novembro, foram registrados 66.097 novos casos relacionados a cirurgias gerais, de urgência e eletivas. No Maranhão foram mais de 2.700 casos

A cirurgia é, muitas vezes, o único recurso capaz de tratar doenças e reduzir o risco de mortes associadas a enfermidades comuns. No entanto, falhas nos processos de segurança da assistência cirúrgica continuam representando uma ameaça significativa à saúde dos pacientes. Dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) mostram que, nos últimos anos, os processos judiciais relacionados a atos cirúrgicos vêm se mantendo em um nível elevado no país. Em 2025, até 30 de novembro, foram registrados 66.097 novos casos relacionados a cirurgias gerais, de urgência e eletivas. Em 2024, esse número foi de 68.203 processos.

No que se refere aos novos processos por danos materiais e/ou morais decorrentes da prestação de serviços de saúde no Brasil — termo anteriormente denominados falhas médicas e assistenciais —, em 2025 foram registrados 91.391 casos, sendo 70.276 relacionados à saúde privada e 21.115 à saúde pública. Em 2024, foram 76.467



## OS PROCEDIMENTOS JUDICIAIS SÃO 2.263 NÀ SAÚDE PRIVADA E 502 À SAÚDE PÚBLICA

casos, sendo 58.601 referentes à saúde privada e 17.866 à rede pública.

## Maranhão

No estado do Maranhão, os novos

processos por danos materiais e/ou morais decorrentes da prestação de serviços de saúde totalizaram 2.765, dos quais 2.263 referem-se à saúde privada e 502 à saúde pública.

## Corpo estranho em um paciente



Entre os principais incidentes relacionados a centros cirúrgicos estão a retenção não intencional de corpo estranho em um paciente após a cirurgia, procedimentos cirúrgicos realizados no lado ou local errado do corpo, e até no paciente errado.

Cirurgia Segura — No Brasil, o Protocolo para Cirurgia Segura (PR.NSP 005), do Ministério da Saúde, estabelece diretrizes para reduzir incidentes, eventos adversos e a mortalidade em procedimentos cirúrgicos. Publicado em 2013, o documento orienta a realização das cirurgias no paciente e no local correto, com base na aplicação da Lista de Verificação de Cirurgia Segura (checklist), desenvolvida pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

Este checklist organiza o procedimento em três etapas fundamentais — antes da indução anestésica, antes da incisão cirúrgica e na saída do pa-

ciente da sala de cirurgia — e deve ser aplicado por um profissional responsável. Caso alguma falha seja identificada, o processo deve ser interrompido até que a situação seja corrigida, priorizando a segurança do paciente.

Segundo o anestesiológico e membro da SOBRASP, dr. Luís Antônio Diego, a adoção de estratégias de cirurgia segura, como o uso de checklists, a correta identificação do paciente e o consentimento informado, são essenciais para qualificar a assistência, reduzir riscos e evitar conflitos jurídicos. “A segurança cirúrgica depende de equipes capacitadas, ambientes adequados e do fortalecimento da Qualidade do Cuidado e da Segurança do Paciente como política pública de saúde”, afirma.

O especialista destaca também a atuação em times multidisciplinares, envolvendo cirurgiões, anestesistas, enfermeiros, técnicos e outros cola-

boradores, o que exige coordenação, comunicação clara, sem ambiguidades e protocolos bem definidos. Cada paciente é único, com idade, condições de saúde e respostas diferentes a medicamentos e procedimentos, aumentando a imprevisibilidade dos resultados”. Dr. Diego lembra ainda do papel da tecnologia: equipamentos, materiais, medicamentos e sistemas complexos demandam treinamento adequado, manutenção e padronização de uso, mas destaca que o aumento de processos judiciais pode estar ligado à maior conscientização dos pacientes sobre seus direitos.

Para finalizar, o especialista alerta que a “segurança, boa comunicação e o cumprimento de protocolos reduzem eventos adversos, alinham expectativas entre o time cirúrgico e paciente, fortalecem a confiança e, conseqüentemente, diminuem a judicialização.

## ENCARGOS

## Mais de 267 mil clientes terão direito ao novo Desconto Social nas contas de energia

A partir de janeiro de 2026, cerca de 267.328 clientes das sete áreas de concessão do Grupo Equatorial (MA, PA, PI, AL, GO, AP e RS) terão direito ao Desconto Social, estabelecido pela Lei nº 15.235/2025, sobre as tarifas de energia elétrica. Neste mês, será aplicada ainda a isenção da Cota Angra, benefício que não é cumulativo com o Desconto Social e é exclusivo para os clientes baixa renda (que já tem o benefício da TSEE), com renda per capita de até meio salário-mínimo.



O Desconto Social prevê isenção do encargo da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) para consumo de até 120 kWh, reduzindo diretamente o valor da fatura e trazendo mais previsibilidade para o orçamento familiar. O consumo que exceder esse limite será cobrado pela tarifa residencial plena. O benefício é direcionado a clientes com renda mensal entre meio e um salário-mínimo e cuja família está inscrita no CadÚnico. Por isso, é fundamental que as famílias mantenham seus cadastros atualizados junto às Prefeituras para obterem o benefício.

Com o Desconto Social, por exemplo, os clientes da Equatorial Maranhão com consumo de 120 kWh por mês terão um desconto de R\$ 11,03. A medida pode beneficiar 55.651 consumidores no estado.

ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES ALTOS  
CNPJ 06.759.104/0001-60  
Comissão Permanente de Licitação

## AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2026-SEMUS

O Município de Montes Altos através do Fundo Municipal de Saúde, conforme Lei Federal nº 14.133/2021 de 01 de abril de 2021 e suas alterações, da Lei Complementar nº 123/06, da Lei Federal nº Lei nº 8.078/1990 e Decreto Municipal nº 010-GAB de 31 de janeiro de 2024, Portaria 1.606 GMM/MS DE 11/09/2001, Portaria 2.567 GMM/MS DE 25/11/2016, e demais legislações aplicáveis, TORNA PÚBLICO que no período de 19 de janeiro de 2026 a 30 de janeiro de 2026 no Portal [www.licitamontesaltosma.com.br](http://www.licitamontesaltosma.com.br), estarão abertas as inscrições para o Chamamento Público para o CREDENCIAMENTO de prestadores de serviços de apoio diagnóstico — pessoa jurídica, em caráter complementar ao Sistema Único de Saúde, conforme determina a Lei Federal nº 8.080/90, nos termos e condições constantes no presente Edital na forma do disposto no artigo 78, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, de acordo com os valores estabelecidos pela Tabela Unificada de Procedimentos SUS do Ministério da Saúde para o Fundo Municipal de Saúde do município de Montes Altos/MA. O credenciamento será executado em conformidade com o que dispõe a Constituição da República, em especial os seus artigos 196 e seguintes; as Leis nº 8.080/1990 e nº 8.142/1990; as normas gerais da Lei nº 14.133/2021 e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis ao procedimento. Esclarecimentos relativos ao presente chamamento público e as condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto, serão realizados através do Portal de [www.licitamontesaltosma.com.br](http://www.licitamontesaltosma.com.br) Montes Altos - MA, 13 de janeiro de 2026. Ana Carolina Ferreira Leão - Secretária Municipal de Saúde.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARNARAMA  
CNPJ 06.115.170/0001-05  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

## PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 005/2026 - PMP - CONCORRÊNCIA Nº 001/2026

O MUNICÍPIO DE PARNARAMA, Estado do Maranhão, com Centro Administrativo situado na Rua Pedreiras, nº 093, Centro, em Parnarama/MA, por meio da Agência de Contratação e Equipe de Apoio designadas através da Portaria nº 235/2026 - GAB/PMP, de 06 de janeiro de 2026, nos termos da Lei nº 14.133/2021, do Decreto Municipal nº 164/2024 e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, bem como pelas disposições do instrumento convocatório, PROMOVERÁ O PROCESSO LICITATÓRIO ADJANTE ESPECIFICADO:  
OBJETO: Contratação de Empresa de Engenharia para Provisão de unidades habitacionais no município de Parnarama/MA, conforme especificações e quantitativos constantes no Projeto Básico anexo ao edital.  
• MODALIDADE: Concorrência  
• TIPO DE LICITAÇÃO: Menor Preço  
• ADJUDICAÇÃO: Global  
• MODO DE DISPUTA: Aberto  
• INÍCIO DO ACOPLHIMENTO DAS PROPOSTAS: 15 de janeiro de 2026, às 09 h e 00 min.  
• ABERTURA DAS PROPOSTAS: 13 de fevereiro de 2026, às 09 h e 00 min.  
• INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 13 de fevereiro de 2026, às 09 h e 00 min.  
• VALOR ESTIMADO: R\$ 5.460.000,00 (cinco milhões e quinhentos e sessenta mil).  
• FONTE DOS RECURSOS: Ministério das Cidades - Transferência - Novo PAC - SELEÇÃO: 500.000,00/17/2025  
• PLATAFORMA: BBNMNET Licitações - Bolsa Brasileira de Mercadorias  
• ACESSO AO EDITAL: [transparencia.parnarama.ma.gov.br/acessoinformacaoflicitacao/ocfoc](http://transparencia.parnarama.ma.gov.br/acessoinformacaoflicitacao/ocfoc), [www.tcema.br](http://www.tcema.br) e [www.votobmnet.com.br](http://www.votobmnet.com.br)  
Demais informações poderão ser solicitadas por meio do endereço eletrônico: [cpmp25@gmail.com](mailto:cpmp25@gmail.com) ou na sala do Departamento de Licitações e Contratos Administrativos da Prefeitura Municipal de Parnarama/MA, situada nesta cidade na Rua Pedreiras, nº 093, Centro, de segunda à sexta-feira (dias úteis), de 08 h e 00 min às 14 h e 00 min.  
Parnarama/MA, 13 de janeiro de 2026.  
Carla Larissa da Silva Guimarães  
Agente de Contratação da CPL/PMP

ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURIQUAAVISO DE LICITAÇÃO  
CONCORRÊNCIA - ELETRÔNICA Nº 001/2026

A Prefeitura Municipal de Turiçu — MA, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar, sob a égide da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores, da Lei Complementar nº 123/2006 e de outras normas aplicáveis ao objeto deste certame, licitação na modalidade Concorrência - Eletrônica, do tipo Menor Preço Global, objetivando Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada em engenharia para a execução de serviços de reforma nas escolas da rede pública municipal de Turiçu/MA. A sessão será realizada através do Portal Bolsa Nacional de Compras, pelo endereço eletrônico <https://bnc.org.br/>, com data de abertura agendada para 29 de janeiro de 2026 às 08:30. O edital e seus anexos encontram-se disponíveis no Portal da Transparência do Município pelo endereço [www.turicu.ma.gov.br](http://www.turicu.ma.gov.br), ou ainda pelo endereço Portal Bolsa Nacional de Compras, <https://bnc.org.br/> e ainda no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).  
Turiçu - MA, 14 de janeiro de 2026  
Graciete Dos Santos Ferreira  
Secretária Municipal de Educação

Estado do Maranhão  
Prefeitura Municipal de Governador Luiz Rocha - MA

## AVISO

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2026. Processo Administrativo nº 03.0201.0001/2026. OBJETO: contratação de empresa especializada na prestação de serviços de construção de unidades habitacionais "programa minha casa, minha vida" no município de Governador Luiz Rocha, conforme Termo de Compromisso nº 987428/2025/MCIDADES/CAIXA. MODALIDADE: Concorrência Eletrônica. FORMA: Eletrônica. TIPO: Menor Preço global. BASE LEGAL: Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações. DATA DE ABERTURA: 29 de janeiro de 2026 às 09:00 horas. A sessão pública de julgamento será realizada eletronicamente no site [www.comprasgovernadorluizrocha.com.br](http://www.comprasgovernadorluizrocha.com.br) no dia e horário marcados. Os editais e seus anexos estão à disposição dos interessados na Sala de reunião da CPL, situada à Praça João Gonçalves, s/nº, Centro, Governador Luiz Rocha - MA, de 2ª a 6ª feira, no horário das 08:00 às 12:00 horas e no portal do Município no endereço eletrônico <http://transparencia.governadorluizrocha.ma.gov.br/> no site <https://www.comprasgovernadorluizrocha.com.br>. Esclarecimento adicional no endereço supra, pelo endereço eletrônico [pmgl.licitacao@hotmail.com](mailto:pmgl.licitacao@hotmail.com) ou pelo telefone (99) 3561-1134.

Governador Luiz Rocha - MA, 12 de janeiro de 2026.

Edeval Silva Batista  
Agente de Contratação

## PREFEITURA MUNICIPAL DE PRIMEIRA CRUZ - MA

AVISO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA PÚBLICA ELETRÔNICA Nº 001/2026. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0527/2025. O Município de Primeira Cruz/MA, por intermédio de seu Agente de Contratação, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade Concorrência Pública, na forma Eletrônica, tipo Menor Preço Global, às 10h00min do dia 02 de fevereiro de 2026, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA IMPLANTAÇÃO DE ESTRADA VICINAL LIGANDO O POVOADO CAETÉ À MALHA VIÁRIA MUNICIPAL DE PRIMEIRA CRUZ - MA, na forma da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e suas alterações posteriores, e demais normas regulamentares. Poderão participar desta Concorrência Eletrônica as empresas que preencherem os requisitos do Edital. A sessão pública acontecerá pelo site: <https://www.licitaprimeiracruz.com.br/>. O Edital e seus anexos estão à disposição dos interessados na Comissão Permanente de Licitação - CPL, situada na localizada na Rua da Matriz, S/N, Centro, Primeira Cruz/MA, de 2ª a 6ª feira, no horário das 08:00h às 14h:00min, pelo e-mail: [comprasprimeiracruz@gmail.com](mailto:comprasprimeiracruz@gmail.com), onde poderão ser consultados e obtidos gratuitamente. Qualquer modificação no Edital será divulgada na forma do artigo 55, inc. IV, § 1º da Lei 14.133/21 e comunicada aos interessados que adquirirem o Edital na CPL. Pedidos de esclarecimentos deverão ser protocolados através do site: <https://www.licitaprimeiracruz.com.br/>. MARIA DO AMPARO DOS SANTOS, Agente de Contratação.

São Luís, quarta-feira, 14 de janeiro de 2026

## LONGA ESPERA

# 7 anos depois, tem jogo no Estádio Dário Santos

Luminense e Imperatriz jogarão a partir das 15h30, mas os portões não serão liberados ao público devido a demora na liberação dos laudos da praça esportiva

NERES PINTO

Fechado para jogos do futebol profissional desde 2019, quando jogaram São José e Sampaio Corrêa, com vitória do Tricolor por 1 a 0, pelo Campeonato Maranhense, o Estádio Dário Santos, localizado no bairro Moropóia, em São José de Ribamar, finalmente voltará a sediar uma partida do Estadual. As equipes do Luminense de Paço do Lumiar e Imperatriz se enfrentam a partir das 15h30. No entanto, o jogo não será presenciado pelas torcidas, pois o laudo de liberação das arquibancadas não foi divulgado até ao meio-dia desta terça-feira. Foi o que informou ao O IMPARCIAL o diretor de Competições da Federação Maranhense de Futebol (FMF) Itamar Ferreira.

A capacidade estimada de público seria de 2 mil torcedores. "Sem laudo até o horário previsto, não dava para confeccionar ingressos e disponibili-



ESTÁDIO DÁRIO SANTOS VAI RECEBER LUMINENSE X IMPERATRIZ, NESTA QUARTA-FEIRA

zar ao público. Então, por medida de segurança, o jogo será de portões fechados", informou Itamar. A partida entre Luminense e Moto, marcada para aquele local foi transferida, a pedido do mandante, para o Nhozinho

Santos. Com um gramado considerado ainda não estando na situação ideal, o Dário Santos, segundo previsão da FMF, poderá sediar o último jogo da 1ª fase e partidas da semifinal em caso de classificação do Luminense.

## A situação de todas as praças esportivas



Como vem ocorrendo sistematicamente, o Campeonato Maranhense tem começado com os estádios tendo laudos expedidos somente às vésperas da abertura da competição. Foi assim com o Castelão (São Luís), Frei Epifânio (Imperatriz) e Rafael Seabra (Tuntum). O Dário Santos (Ribamar) não ficou pronto para utilização na primeira rodada. Eis um balanço da situação em que se encontram no momento:

### Estádio Castelão

A principal praça de esportes do estado, tem capacidade para receber 40.149 torcedores. Depois de passar por ampla reforma, visando um jogo da Seleção Brasileira que não aconteceu, em 2024, em menos de um ano o Setor-1 foi interditado por apresentar problemas em sua estrutura. Um contraste com o excelente estado do gramado, que perdura até hoje. Após novas inspeções, finalmente, as arquibancadas onde abriga maior número de desportistas estará funcionando nesta quarta-feira, por ocasião do jo-

go Sampaio Corrêa x IAPE, às 19h30.

### Nhozinho Santos

Com capacidade máxima para 12.891 torcedores, o mais antigo estádio da Grande Ilha passou a metade do ano passado sem ser utilizado nos jogos do futebol profissional, devido a problemas no gramado. A reabertura só ocorreu para os jogos da Série B (segunda divisão) do futebol maranhense e competições amadoras. Nesta temporada de 2026, no entanto, o Nhozinho foi utilizado na primeira rodada da Série A do Estadual, mas há reclamações de técnicos e jogadores, de que o campo de jogo não é dos melhores, apesar do trabalho de manutenção que foi feito nos últimos meses.

### Rafael Seabra

Local onde são disputados os jogos do Tuntum, o Rafael Seabra tem capacidade para receber 7 mil pessoas (dados oficiais) é mais um campo que não se apresenta em suas melhores condições. Dirigentes e integrantes da

comissão técnica do Luminense, que jogou no último domingo naquela praça esportiva, afirmam que há um imenso buraco dentro da pequena área, que atrapalha principalmente os goleiros. Se o problema não for corrigido urgentemente, a situação vai piorar quando chegar o período chuvoso.

### Frei Epifânio

O estádio da Região Tocantina tem capacidade para receber 10.400 espectadores, mas depois do vendaval que afetou parte da estrutura do lado das cadeiras cobertas, baixou para 6.400.

A praça esportiva sedia jogos de Imperatriz e ITZ Sport. Hoje, às 19h30, jogam ali as equipes do ITZ e Moto Club. No final do ano passado, a praça esportiva passou por uma grande reforma de suas dependências internas e o gramado recebeu um tratamento especial da prefeitura. Não está 100%, mas melhorou bastante. A tendência é ficar bem melhor, segundo entendimento da diretoria do Cavalo de Aço.

## O PRIMEIRO A CAIR

## Já? Técnico Vinicius Saldanha é demitido após primeiro jogo do Tuntum

Bastou apenas um jogo em que o time do Tuntum foi derrotado em casa (2 a 0) pelo Luminense, no último domingo, para a diretoria do clube da Região Central mudar de treinador. Segundo nota divulgada na manhã de ontem (terça-feira), as duas partes teriam chegado a um acordo para a tomada de decisão, mas informações de pessoas ligadas à diretoria, houve pressão de torcedores e a diretoria também ficou insatisfeita com a produção do time.



Em Nota Oficial, ao informar que o Tuntum encerrou o vínculo contratual com Vinicius Saldanha, o clube agradece ao profissional pelos relevantes serviços prestados, pela dedicação, comprometimento e profissionalismo demonstrados durante o período em que esteve à frente da equipe. Ao mesmo tempo, "deseja sucesso em sua trajetória profissional, certos de que sua competência continuará abrindo novos caminhos em sua carreira".

*Deseja sucesso em sua trajetória profissional, certos de que sua competência continuará abrindo novos caminhos em sua carreira*

O auxiliar Lisdean assumiu interinamente. O clube promete anunciar o substituto de Vinicius ainda nesta semana.

No ano passado, o Viana Esporte Clube teve seu técnico Bernardo Gomes desligado do comando da equipe em janeiro após um começo ruim no Campeonato Maranhense. O técnico pediu desligamento após duas derrotas por 3 a 0 nos primeiros jogos. O auxiliar Ferreira assumiu interinamente. Mas não houve jeito, e o time foi o primeiro rebaixado para a Série B. (N.P)



São Luís, quarta-feira, 14 de janeiro de 2026

## MINHA CASA, MINHA VIDA

# Mudanças ampliam o acesso à moradia

Com as novas regras, o valor máximo dos imóveis financiáveis nas faixas 1 e 2 passa a variar entre R\$ 255 mil e R\$ 270 mil, de acordo com o porte do município

As novas regras do programa Minha Casa, Minha Vida, que entraram em vigor no dia 2 de janeiro deste novo ano, marcam um novo ciclo para o mercado habitacional brasileiro ao ampliar os tetos de financiamento, reduzir taxas de juros e reforçar subsídios, especialmente para as faixas 1 e 2, de menor renda. As mudanças criam condições mais favoráveis para o acesso à casa própria.

Para a MRV, o novo desenho deve reforçar ainda mais sua estratégia voltada para o setor, que já vinha apresentando resultados consistentes. Apenas nos primeiros nove meses de 2025, a companhia lançou mais de 31 mil unidades residenciais, das quais 97% estavam enquadradas no Minha Casa, Minha Vida.

Com as novas regras, o valor máximo dos imóveis financiáveis nas faixas 1 e 2 passa a variar entre R\$ 255 mil e R\$ 270 mil, de acordo com o porte do município e sua classificação urbana. Em cidades com mais de 750 mil habi-

tantes, classificadas como metrópoles, o teto chega a R\$ 270 mil, enquanto capitais regionais e municípios de médio porte passam a operar com limites entre R\$ 255 mil e R\$ 260 mil — reajustes de 4% a 6% em relação aos valores anteriores.

Nesse novo cenário, tanto a faixa 1 quanto a faixa 2 atendidas pelo programa passaram a ter acesso a uma gama ainda maior das unidades habitacionais que integram o estoque da MRV — cerca de 37% a mais em relação às regras válidas em 2024, segundo estimativa da companhia. Hoje, a faixa 1 responde por cerca de 22% das vendas da empresa, enquanto a faixa 2 concentra, aproximadamente, 35%.

Além da atualização dos tetos, o pacote prevê redução de taxas de juros nas faixas sinalizadas e reforço dos subsídios do FGTS, o que diminui o valor da entrada e amplia a viabilidade do financiamento para famílias de menor renda.

O conjunto das medidas é sustentado por um orçamento recorde do

FGTS para 2026, de R\$ 160,5 bilhões, sendo R\$ 144,5 bilhões destinados à habitação, além da previsão de R\$ 12,5 bilhões em descontos habitacionais, concentrados nas faixas de renda mais baixas.

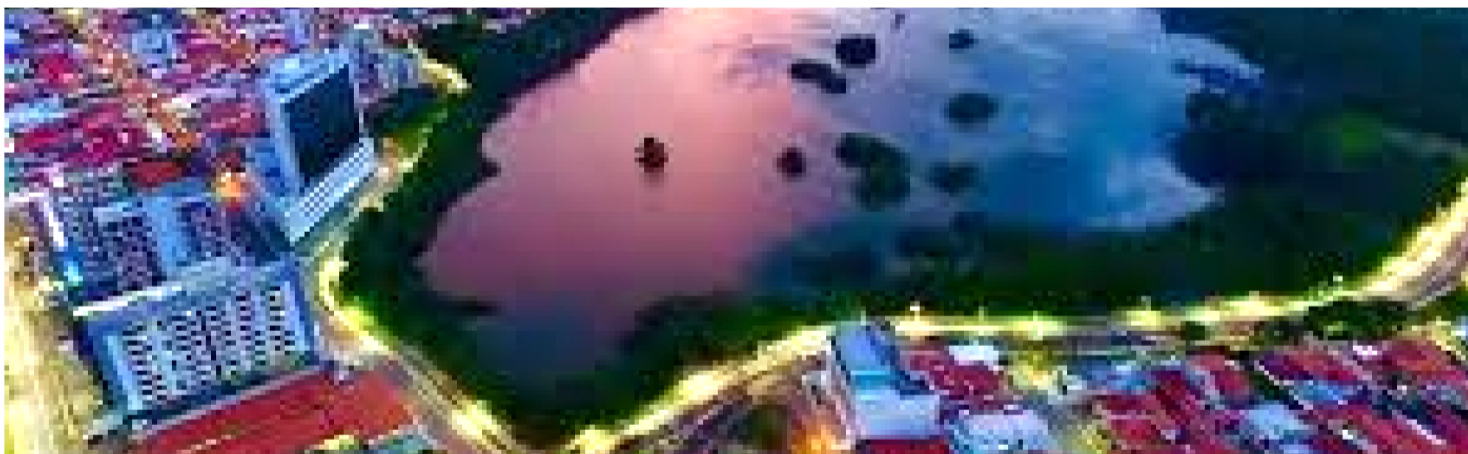
Ao todo, as mudanças impactam 75 municípios, que reúnem cerca de 51,8 milhões de habitantes, com destaque para regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

“O nosso mercado sempre tem demanda. O déficit habitacional no Brasil é muito significativo, e o programa federal tem um papel importante ao oferecer subsídios e condições de financiamento que viabilizam o acesso à moradia”, afirma Eduardo Fischer, CEO da MRV.

“Temos não só o Minha Casa, Minha Vida, mas também programas regionais que ajudam a população a conquistar a casa própria. Existe um contexto macro positivo para a indústria. Olhamos para 2026 com bastante otimismo”, acrescenta o executivo da empresa.

## LAGOA DA JANSEN

## Justiça obriga Prefeitura a fiscalizar poluição sonora



Condenação imposta pela Justiça estadual, em 12 de janeiro, obrigou o Município de São Luís e a Procuradoria Geral do Estado do Maranhão a fiscalizar periodicamente todos os bares e restaurantes situados em volta do Parque Estadual da Lagoa da Jansen, no Jardim Renascença, para evitar a poluição sonora no ambiente.

As autoridades públicas deverão exercer o seu poder de polícia para combater as irregularidades e evitar a poluição sonora, além de revisar os processos de licenciamento e autorização de funcionamento concedidos aos estabelecimentos comerciais.

O juiz Douglas de Melo Martins, titular da Vara de Interesses Difusos e Coletivos, determinou o cumprimento dessas obrigações no julgamento de ação ajuizada pelo Ministério Público do Maranhão (MPMA), que alegou omissão estatal e do Município de São Luís na fiscalização periódica e eficiente dos estabelecimentos emissores de sons e ruídos no entorno da Lagoa da Jansen, após denúncia de um morador.

### Denúncia de morador

O Ministério Público instaurou inquérito civil para apurar a ausência de isolamento acústico e de licenciamento para funcionamento de bares e de restaurantes no local e a Delegacia de Costumes apurou que a Secretaria Estadual do Meio Ambiente (SEMA) emite autorizações sem antes vistoriar os locais e sem fiscalizar.

A instrução do processo também demonstrou que a delegação de competência do Estado para o Município para fiscalizar ocorreu em 2018, sem o cuidado quanto à capacidade estrutural, quanto a equipamentos (decibélmeters) e pessoal técnico, resultando em fiscalização apenas reativa e ineficiente.

Ao decidir a questão, o juiz recorreu à Constituição Federal, que assegura a todos o “direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”.

### Proteção ao meio ambiente

Seguindo esse entendimento, a proteção ao meio ambiente deve ser considerada de forma ampla, englobando não apenas o meio ambiente natural, mas também o artificial, visando a uma boa qualidade de vida. Logo, o meio ambiente artificial está relacionado à “qualidade de vida nas cidades, envolvendo a segurança, o transporte, a poluição visual e sonora”. Assim, a poluição sonora, em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos, além de violar diretamente o direito ao meio ambiente equilibrado, à saúde e à qualidade de vida, afeta também o direito ao silêncio e ao sossego, conclui a sentença.

Por último, Douglas Martins afirmou que o dever de fiscalização ambiental é solidário. Nesse sentido, o Estado do Maranhão, sendo o titular da gestão da Unidade de Conservação (Parque Estadual da Lagoa da Jansen), possui o interesse direto e o dever “de agir para evitar que atividades no entorno degradem a qualidade ambiental da área protegida”.

## SÃO JOSÉ DE RIBAMAR

## Instituto BRK lança Projeto Fonte de Futuro na Zona Rural

O Projeto Fonte de Futuro chegou a São José de Ribamar, levando água potável e ações de educação ambiental a escolas da zona rural do município.

A iniciativa do Instituto BRK, já desenvolvida em outros municípios do país, passa a beneficiar alunos e funcionários de três escolas ribamarenses, localizadas fora da área de concessão da BRK e sem acesso à rede pública de abastecimento.

O evento de lançamento foi realizado no dia 09 de janeiro, na Escola Municipal São Paulo, e reuniu representantes da BRK, do Instituto BRK, do Poder Público Municipal e da comunidade local.



Durante a programação, os participantes destacaram a relevância do projeto e da parceria institucional para a realização de ações voltadas à melhoria da qualidade de vida de crianças e adultos. “O projeto chegou à nossa escola trazendo água de qualidade, tratada com gotinhas de amor, muito eficaz para a saúde das nossas crianças. A iniciativa é crucial, pois garante mais qualidade de vida, melhor rendimento escolar e uma infância mais saudável para os nossos pequenos. O consumo de água tratada contribui para a prevenção de doenças e permite que as crianças cresçam mais saudáveis e felizes. Somos muito gratos por essa iniciativa”, destaca Cristiane Silva, diretora da Escola Municipal São Paulo.

*O projeto chegou à nossa escola trazendo água de qualidade, tratada com gotinhas de amor, muito eficaz para a saúde das nossas crianças. A iniciativa é crucial, pois garante mais qualidade de vida, melhor rendimento escolar e uma infância mais saudável para os nossos pequenos*

O Fonte de Futuro é uma idealização do Instituto BRK e da Zurich Seguros, executado em parceria com diversos apoiadores.

Atualmente, mais de 46 mil pessoas já são beneficiadas pelo projeto, presente em 19 municípios espalhados em 5 estados do Brasil.

No Maranhão, oito escolas já contam com o tratamento de água proporcionada pelo projeto.

## EDUCAÇÃO

# Resultado do Enem será divulgado no dia 16

O boletim individual dos treineiros será publicado posteriormente, informou o Ministério da Educação. Estudantes podem usar as notas para ingressar no SISU que inicia dia 19

Os resultados do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) serão divulgados no dia 16 de janeiro, conforme anunciou o ministro da Educação, Camilo Santana, nesta sexta-feira (9).

As notas individuais podem ser consultadas na Página do Participante. Os candidatos poderão conferir a nota da redação e a pontuação em cada área de conhecimento avaliada (línguas, códigos e suas tecnologias; ciências humanas e suas tecnologias; matemática e ciências da natureza).



CANDIDATOS PODERÃO CONFERIR A NOTA DA REDAÇÃO E PONTUAÇÃO GERAL

da Educação.

Os estudantes podem usar as notas para ingressar no ensino superior por meio de uma vaga pelo Sistema de Se-

leção Unificada (Sisu), inscrições poderão ser feitas entre os dias 19 e 23 de janeiro; uma bolsa de estudo pelo Programa Universidade para Todos (Prouni), com inscrições de 26 a 29 de janeiro; ou acessar o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies).

O boletim individual dos treineiros será publicado posteriormente, informou o Ministério

## CONTRATAÇÃO NA MICROEMPRESA

## Saiba a hora certa de expandir a equipe

Para o microempreendedor, habituado a gerenciar todas as etapas do negócio sozinho, o crescimento traz um dilema inevitável: continuar na "eu-quipe", limitando a expansão, ou assumir o custo de contratar um funcionário? A decisão envolve não apenas a percepção do dono, mas uma matemática precisa que vai muito além do salário combinado na entrevista.

Segundo dados do Sebrae, a falta de planejamento na gestão de pessoas é uma das causas que levam microempresas a enfrentarem dificuldades financeiras nos primeiros anos ou até mesmo a fecharem as portas. Entender o momento exato e o custo efetivo da CLT, ou de outros regimes trabalhistas, é vital para a saúde financeira do empreendimento.

### O momento certo: sinais de que você precisa de ajuda

De acordo com Anderson Lee, analista técnico de Negócios do Sebrae Maranhão, não existe uma data-limite preestabelecida para realizar a primeira contratação. No entanto, a operação costuma dar sinais claros de que precisa de reforço, especialmente quando atividades vitais, como vendas e planejamento estratégico, são interrompidas por rotinas operacionais.

"O momento ideal não é quando a empresa 'quer' crescer, mas quando a sua estrutura atual está impedindo esse crescimento", enfatiza o analista.

Anderson aponta os sintomas clássicos de que a empresa atingiu o teto produtivo:

**Custo de Oportunidade alto:** O empreendedor passa o dia resolvendo burocracias (limpeza, postagens, emissão de notas) em vez de focar em vendas ou estratégia.

**Recusa de Demandas:** É necessário dizer "não" para novos clientes ou projetos por falta de capacidade de entrega.

**Queda na Qualidade e Prazos:** Surgem reclamações de clientes ou as entregas são feitas "no limite", sem o padrão de qualidade anterior.

**Esgotamento:** O empreendedor trabalha mais de 14 horas por dia, mas sente que o negócio está estagnado.

**Estagnação do Lucro:** O faturamento trava porque a capacidade produtiva atingiu o limite máximo.

### A matemática da contratação: quanto custa um funcionário?

Um erro comum é acreditar que ter dinheiro sobrando no caixa equivale ao salário é suficiente para contratar. Segundo Anderson Lee, "o custo real de um funcionário no Brasil vai muito além do salário nominal". O cálculo depende diretamente do enquadramento tributário.

No caso do Microempreendedor Individual (MEI), é permitido contratar apenas um funcionário, que deve receber o salário mínimo ou o piso da categoria. Nesse modelo, o custo para o empregador é de cerca de 11% sobre o salário, sendo 3% de INSS patronal e 8% de FGTS. Assim, um salário de R\$ 1.500, por exemplo, pode representar um custo mensal aproximado de R\$ 1.665, sem considerar provisões de fé-

rias e décimo terceiro.

Já para a Microempresa enquadrada no Simples Nacional, o impacto é maior. Estima-se que, ao longo de um ano, um funcionário possa custar entre 60% e 100% a mais que o salário bruto, considerando encargos como FGTS, férias acrescidas de um terço constitucional, décimo terceiro salário, além de benefícios como vale-transporte, vale-refeição e obrigações previstas em convenções coletivas.

A hora da verdade: CLT vale a pena? Para o analista do Sebrae, a resposta é sim. "Se o empreendedor precisa de alguém que 'vista a camisa', aprenda os processos internos e esteja presente diariamente, a CLT ainda é o maior diferencial de retenção para profissionais qualificados", explica Lee. No entanto, dependendo da necessidade do negócio, outros regimes podem ser considerados.

A contratação como pessoa jurídica, por exemplo, costuma ter menor custo e foco na entrega, mas não permite subordinação, cumprimento de horário fixo ou pessoalidade, sob risco de caracterizar vínculo empregatício.

O trabalho intermitente, por sua vez, permite o pagamento apenas pelas horas ou dias trabalhados, sendo indicado para períodos de pico de demanda, embora gere menor engajamento.

Já a contratação de estagiários ou jovens aprendizes aparece como uma alternativa estratégica para micro e pequenas empresas, ao oferecer suporte operacional e renovação de ideias.

## JUSTIÇA

## Orientações sobre autorização de viagem para menores desacompanhados

Viajar, mesmo para destinos próximos, exige planejamento. Quando o deslocamento envolve crianças ou adolescentes, seja na companhia dos pais, de terceiros ou de forma desacompanhada, a atenção à documentação exigida deve ser dobrada. Documentos inválidos ou incompletos continuam entre os principais motivos de impedimento de embarque em viagens. Diante desse cenário, a Corregedoria Geral do Foro Extrajudicial do Maranhão (COGEX) orienta pais e responsáveis quanto às regras e à documentação necessárias para viagens com menores.

### QUANDO A AUTORIZAÇÃO É OBRIGATÓRIA

De maneira geral, conforme prevê a Resolução nº 295/2019 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), crianças e adolescentes menores de 16 anos precisam de autorização judicial sempre que viajarem desacompanhados ou sem a presença de um dos pais ou responsáveis legais. A autorização, no entanto, é dispensada quando o menor viaja acompanhado de avós, tios ou irmãos maiores de 18 anos, desde que o parentesco seja comprovado por meio de documento original ou cópia autenticada. Para viagens em território nacional, é necessária autorização quando: viajam desacompanhados; ou viajam acompanhados por terceiros, que não sejam os pais ou responsáveis legais. A partir dos 16 anos completos, não é exigida autorização para viagens dentro do território nacional. Quanto às viagens para o exterior, a regra muda. Para menores de 18 anos, a autorização é obrigatória quando: a viagem ocorre com apenas um dos pais ou responsáveis; o menor viaja com outro adulto; ou o deslocamento será feito totalmente desacompanhado.

### COMO SOLICITAR

A autorização de viagem para menores pode ser realizada de duas maneiras. De forma eletrônica, por meio da Autorização Eletrônica de Viagem (AEV), regulamentada pelo Provimento nº 103 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e disponível na plataforma e-Notariado.

Na modalidade on-line, o procedimento é simples e rápido. Para solicitar a AEV, basta acessar a área "Cidadão" no site do e-Notariado, preencher os dados requeridos e enviar as fotos do responsável legal, da criança ou adolescente e da pessoa que acompanhará a viagem. Caso o solicitante não possua certificado digital, é possível emitir gratuitamente o Certificado Notarizado, fornecido on-line pelo próprio cartório.

Após o envio das informações, pais ou responsáveis participam de videoconferência com o tabelião para validação do procedimento. Concluída essa etapa, a autorização é enviada por e-mail à pessoa solicitante e também fica disponível no aplicativo e-Notariado.

O documento pode ser acessado e validado por meio do QR Code presente na autorização, que exibe as fotografias das pessoas vinculadas ao ato. O material está pronto para apresentação no guichê da companhia aérea ou no embarque terrestre. O Colégio Notarial do Brasil disponibiliza vídeo tutorial com orientações sobre o procedimento. A versão eletrônica oferece vantagens como eliminação do risco de perda do documento em papel, dispensa de deslocamentos ao cartório e possibilidade de ajustes à distância quando houver alterações nos planos de viagem. Além disso, por estar integrada aos sistemas de companhias aéreas e órgãos de fiscalização, a AEV agiliza o processo de check-in e embarque.

Quem preferir pode emitir a autorização de viagem presencialmente, a solicitação deverá ser realizada no cartório de notas de sua preferência ou mais próximo de sua residência (consulte endereços dos cartórios aqui).

A pessoa solicitante deverá apresentar documento oficial com foto, documento da criança ou adolescente (certidão de nascimento ou RG, e passaporte, se a viagem for internacional), preencher o formulário padrão (pode levar o formulário preenchido), informar dados de quem viajará com o menor e fazer o reconhecimento de firma. Seja na versão física ou digital, a autorização de viagem é uma exigência legal e garante mais segurança para crianças e adolescentes. Com planejamento e documentação em dia, a viagem e as férias podem ser aproveitadas com tranquilidade e sem imprevistos.



O Projeto Fonte de Futuro chegou à cidade de São José de Ribamar numa iniciativa do Instituto BRK/ Durante a inauguração em Ribamar foi realizada uma demonstração de como é feito o teste de cloro na água/ Sandra Leal, Diretora da BRK Maranhão, falou sobre a importância do projeto Fonte de Futuro/ Alunos da Escola Municipal São Paulo em São José de Ribamar bebendo água tratada graças ao projeto Fontede Futuro

## Instituto BRK lança projeto "Fonte de Futuro" em São José de Ribamar

O Projeto Fonte de Futuro chegou a São José de Ribamar, levando água potável e ações de educação ambiental a escolas da zona rural do município. A iniciativa do Instituto BRK, já desenvolvida em outros municípios do país, passa a beneficiar alunos e funcionários de três escolas ribamarenses, localizadas fora da área de concessão da BRK e sem acesso à rede pública de abastecimento. O evento de lançamento foi realizado na Escola Municipal São Paulo, e reuniu representantes da BRK, do Instituto BRK, do Poder Público Municipal e da comunidade local. Durante a programação, os participantes destacaram a relevância do projeto e da parceria institucional para a realização de ações voltadas à melhoria da qualidade de vida de crianças e adultos.

O Fonte de Futuro é uma idealização do Instituto BRK e da Zurich Seguros, executado em parceria com diversos apoiadores. Atualmente, mais de 46 mil pessoas já são beneficiadas pelo projeto, presente em 19 municípios espalhados em 5 estados do Brasil. No Maranhão, oito escolas já contam com o tratamento de água proporcionada pelo projeto.



O evento de inauguração do Projeto Fonte de Futuro em São José de Ribamar reuniu a comunidade/ A inauguração do projeto Fonte de Futuro na Escola Municipal São Paulo reuniu representantes da BRK, do Instituto BRK, do Poder Público Municipal e da comunidade local



Em passagem recente por São Luís, para as festas de fim de ano, Igor Monteiro é visto apreciando uma praia da Ilha com a esposa Thais.

## Igor Monteiro estrela a produção "Magia e Paixão"

O ator e modelo maranhense Igor Monteiro, que já trabalhou em clipe de Anitta e nas novelas "Sol Nascente" e "Viver a Vida", da Rede Globo, vai dividir o protagonismo da novela vertical da plataforma Kwai "Magia e Paixão" com Marjorie Gerardi, cujas gravações começaram nesta segunda-feira (12). Escrita por Carlos Henrique Marques e sob direção-geral de Thiago Coquelet, trata-se de uma adaptação da original chinesa "Herdeira Vidente: Respeite a Vovó". O elenco também reúne Fabiana Caruso, Felipe Camello, Ariel Moshe, Carolina Stofella, Pedro Lemos, Renato Scarpim e Adriana Alencar, sob a direção-geral de Thiago Coquelet. A propósito, sempre que tem um tempinho Igor Monteiro vem a São Luís para rever a família e amigos, ao lado da esposa, a também modelo, Thais Oliveira, com direito a uma esticada nos Lençóis Barreirinhas. Em Barreirinhas, Igor e Thais são hóspedes pra lá de vip da Casa de Barreirinhas: "Amo esse lugar. E sempre estou por aqui para renovar as energias", comemorou na sua última passagem por lá.



Os diretores, respectivamente do Natus Lumine Hospital e Maternidade e Lacmar Laboratório, Tiago Fortes e Rafaella Braid com o gerente geral do São Luís Shopping, Washington Macário

## Lacmar Laboratório e Natus Lumine terão unidades integradas

O Lacmar Laboratório e do Natus Lumine Hospital e Maternidade, – que são referência no setor de saúde – farão a abertura de suas novas unidades integradas no São Luís Shopping, no bairro do Jaracaty. As duas operações passam a dividir um mesmo espaço em breve, reforçando o conceito de atendimento completo em um único endereço. A novidade foi anunciada durante uma visita técnica às obras, conduzida por Rafaella Braid, diretora do Lacmar Laboratório, e Tiago Fortes, diretor do Natus Lumine. A inauguração das operações está prevista para 2026. "Estamos muito felizes em poder levar ainda mais cuidado, qualidade e praticidade para os maranhenses", afirmou Tiago Fortes durante a visita, ao destacar que a escolha do shopping reflete uma decisão estratégica. "Esse é um espaço pensado para facilitar a rotina de quem quer otimizar seu tempo e precisa de atendimento médico e exames, com a qualidade e a confiança que já fazem parte da história do Natus Lumine e do Lacmar. Serão oferecidos serviços de laboratório, tomografia, ressonância magnética e diversos exames" reforçou Rafaella Braid.



**PRÉ-CARVANA**

**AVENIDA  
LITORÂNEA**

**CIRCUITO  
VEM PRO MAR**



**18/JAN**

**BELL MARQUES  
& LÉO FOGUETE**

**25/JAN**

**XANDDY HARMONIA  
CHICLETE COM BANANA  
ATRAÇÃO SURPRESA**

**01/FEV**

**LEO SANTANA  
BANDA EVA**

**08/FEV**

**HENRY FREITAS  
NATANZINHO LIMA  
RAFA & PIPO**

